

ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE O ENSINO SUPLETIVO.

Omar Saad

(Prof. Secundário)

Ao abordarmos professores, tanto universitários como da rede regular de ensino, para perguntarmos sobre o Ensino Supletivo, teremos por resposta, quase que invariavelmente, um "torcer de nariz". Normalmente, o supletivo é condenado como sendo uma anomalia que surgiu e se expandiu nos últimos anos e é comum a idéia de que as aulas desse tipo de ensino correspondem mais ou menos ao "modelo cursinho". Devido a isso, muitos, simplesmente, omitem qualquer referência ao Ensino Supletivo quando debatem a Educação no Brasil. Uma conseqüência de tal tipo de visão é que o Supletivo aparece como sendo uma questão separada deste debate.

Na verdade, apesar do termo Supletivo ter surgido, e esse tipo de ensino ter se expandido após a Lei 5.692 de 1971, ele possui, entretanto, antecedentes mais antigos, como o velho "madureza". Ora, vivemos em uma sociedade que discrimina e marginaliza, impedindo que um grande número de indivíduos, quando em idade escolar, tenham acesso aos estudos. Também o sistema de ensino regular, com sua estrutura piramidal e sua prática seletiva, vai excluindo gradativamente, grandes contingentes de pessoas. Mas, por outro lado, a sociedade como um todo difunde a idéia da necessidade do estudo e de certificados enquanto possibilidade de ascensão social ou melhora de vida. Isso vem sendo reforçado por um aumento nas exigências das empresas quando da seleção de pessoal. Essa situação faz com que aqueles que não puderam freqüentar, ou foram excluídos do sistema de ensino, procurem retornar aos estudos. É devido a tudo isso que primeiro o "madureza" e atualmente o supletivo, adquirem características de sistema paralelo ao do ensino regular.

Um outro fator que fez com que a procura dos cursos supletivos se ampliasse bastante a partir do início da década passada foi a ampliação do ensino primário, englobando o antigo ginásial. Isso fez com que muitas pessoas que possuíam apenas da primeira à quarta séries se vissem, de repente, despossuídas

do primário completo. Adquirir o certificado de Primeiro Grau tornou-se uma necessidade para se conseguir um emprego melhor, para funcionários públicos melhorarem sua aposentadoria, ou mesmo para se manter um emprego e se ter a possibilidade de “subir na firma”. As pessoas nessas condições, quando retornam aos estudos, voltam na condição de “adultos”.

O Ensino Supletivo é comumente visto como relacionado à educação de adultos. Porém, melhor do que vemos nesse “adulto” uma pessoa em idade avançada, é percebê-lo como sendo alguém mais velho que a média de alunos que freqüentam o ensino regular, na série e no grau em que ele pretende se inscrever. Ora, apesar de encontrarmos um certo número de pessoas realmente adultas, a grande massa do supletivo é formada de jovens. A idade mínima necessária para se matricular no supletivo é de 14 a 19 anos, respectivamente para a quinta série do 1º grau e a primeira série do 2º grau. Para os exames supletivos se faz necessário a idade de 16 a 21 anos, também respectivamente para o 1º e 2º graus.

Aqui uma questão se coloca. Por que um grande número de pessoas, principalmente de jovens, buscam o ensino supletivo em vez de retornarem ao ensino regular? Sem dúvida que é importante percebermos a relação entre a oferta de vagas, principalmente pela rede oficial, e a demanda, onde a primeira em várias regiões é inferior à segunda. Mas as condições de vida e trabalho impedem, por si só, o ingresso ou a continuidade do estudo no ensino regular — principalmente os fatores distância, condução, trabalho por turnos, além de outros. Mas junto com esses fatores, devemos considerar os sentimentos mais íntimos dessa população que busca o supletivo, como por exemplo a vergonha e a inibição de alguns de se sentarem ao lado de pessoas bem mais jovens. Isso se coloca tanto entre os que sentem a necessidade de voltar a estudar, quanto para alguns jovens que depois de três ou quatro reprovações, se sentem como que “estudando com crianças”. Também é bastante comum o sentimento de “ganhar tempo” ou de “recuperar parte do tempo perdido” — idéia aliás, bastante explorada pelas escolas supletivas particulares, com propagandas do tipo “não faça em um ano o que pode ser feito em seis meses”. Como se pode perceber, aqueles que buscam o supletivo, o fazem com um sentimento de urgência, de imediatez, procurando um certificado, seja para participarem em melhores condições do mercado de trabalho, seja para manterem o trabalho ou simplesmente para re-ingressarem no sistema regular de ensino em condições de paridade de idade com os colegas.

Esse sentimento de urgência, de imediatez, não é, no entanto, algo exclusivo dos alunos do supletivo. Ele perpassa todo o ensino noturno e, podemos dizer, até mesmo todo o sistema educacional. Se a escola é vista apenas como um meio de se conseguir um certificado, o supletivo aparece como uma forma de se atingir esse objetivo mais rapidamente. Daí o sentimento de “ganhar tempo”. É devido a isso que uma autora, depois de entrevistar os alu-

nos do período noturno de uma escola de Ribeirão Preto, conclui que “nenhum dos alunos manifestou preferência pelos cursos mais extensos por assegurarem maior aprendizagem ou recusa ao supletivo por abreviarem essa aprendizagem. Cursariam perfeitamente o supletivo, caso tivessem possibilidade financeira para obterem o diploma mais depressa”¹. Ou seja, a escola regular é vista como não sendo capaz de oferecer nada, ou quase nada, além daquilo que o supletivo oferece, principalmente para os alunos dos cursos noturnos.

Com o surgimento do supletivo, o governo também parece participar desse sentimento de imediatez. É assim, que o supletivo quando surge, é saudado como sendo não apenas a forma de estender a escolarização a uma grande parcela da população -- “a clientela efetiva do Ensino Supletivo já se contar por milhões de brasileiros, com possibilidade de crescer numa aceleração imprevisível” -- mas também como “um manancial inesgotável de soluções para ajustar, a cada instante, a realidade escolar às mudanças que se operam em ritmo crescente no país como no mundo”². Ou seja, o supletivo deveria se constituir não apenas na forma de escolarizar os milhões de excluídos do sistema de ensino, como esta escolarização é vista como necessária à época do “milagre” do início dos anos setenta.

Até agora falamos no Ensino Supletivo como se fosse algo relativamente homogêneo. Na verdade, sob essa denominação se reúnem experiências bastante diversificadas, que vão desde o Exame Supletivo, realizado pelo Estado através da Fundação Carlos Chagas, passando pelo supletivo seriado -- dominado pelas empresas particulares -- até experiências como a do Centro Estadual de Estudos Supletivos Dona Clara Mantelli.

De maneira sucinta, podemos dizer que o Clara Mantelli corresponde a uma experiência de ensino individualizado, que procura desenvolver uma auto-disciplina para o estudo, no aluno. O aluno recebe o material auto instrutivo, que é fornecido gratuitamente pela escola, para estudá-lo em casa, durante o seu tempo disponível e se dirige ao Centro de Estudos para esclarecimentos de dúvidas localizadas, em relação ao material que estudou, recebendo então, orientação de professores que ficam de plantão para isso e para avaliação -- que é marcada pelo próprio aluno quando este se sente em condições disso. O processo de aprendizado não é montado em cima de aulas, nem estruturado em forma de séries, e a duração do curso depende do ritmo quando dado pelo próprio aluno. Este tipo de curso pretende afastar o fantasma da reprovação daqueles que procuram retornar aos estudos e, ao mesmo tempo, ser flexível em termos de horário para permitir que aqueles que não tem condições de cumprir um horário rígido, como é necessário tanto no ensino regular como no supletivo seriado, possam ter direito ao certificado. A única exigência é que o aluno tenha mais de 14 anos e não se afaste mais de sessenta dias do Centro, o que implicaria em ter de recomeçar toda a unidade em curso. O aluno cursa duas disciplinas de cada vez e vai eliminando-as gradativamente até rece-

ber o certificado de conclusão de 1º grau. Esse curso não se estende ao 2º grau e também não alfabetiza. É realizado uma seleção prévia onde aqueles que necessitam serem alfabetizados são excluídos, os que demonstram já serem alfabetizados o que significa ler e redigir com relativa clareza – mas de maneira insuficiente para conseguirem estudar sozinhos, passam por uma fase denominada “reforço”, e os que se mostram aptos dão início ao processo.

Sem dúvida que existem deficiências neste tipo de ensino, como por exemplo, a limitação dos alunos ao material auto-instrutivo, o que coloca o problema da massificação, o pouco contato que os alunos tem entre si durante o processo de aprendizagem, fazendo com que as discussões se limitem quase que exclusivamente ao momento em que cada aluno isoladamente procura o professor para esclarecimentos de dúvidas localizadas. Mas, apesar disso, parece-me que esse curso responde às expectativas de uma parcela relativamente grande da população. O Clara Mantelli é o único Centro desse tipo, em funcionamento aqui em São Paulo (em outros estados do Brasil há centros desse tipo) sendo que há mais dois em processo de implantação: um na penitenciária do Estado e outro em Osasco, e a procura por ele é razoavelmente grande. Para se ter uma idéia disso basta dizer que cada vez que são abertas as inscrições, aparecem uma média de 1000 candidatos, e isso sem nenhuma divulgação ou propaganda, a não ser a dos próprios alunos. Atualmente o Centro conta com cerca de 3500 alunos freqüentando regularmente e algo em torno de seis mil alunos se matricularam desde 1981, quando o centro começou a funcionar. Um dado que deve ser colocado é que durante todo esse tempo apenas cerca de 200 alunos conseguiram um certificado. É justamente nesse dado que aqueles que questionam esse tipo de ensino procuram se apoiar: no pequeno número de concluintes em relação ao número de matrículas. Sem dúvida, esse dado nos dá o que pensar. Será que essa experiência repete o que ocorre no ensino regular com relação às evasões? Há, sobre isso, um fator que deve ser considerado: é possível que muitas pessoas que freqüentam o Centro se candidatem aos Exames Supletivos do Estado e, se aprovados, abandonem o curso, conseguindo o certificado por outro meio. Isso ocorre no supletivo seriado, por que não aconteceria no Centro? Mas, sem dúvida, a evasão existe, como existe também no supletivo seriado³.

O supletivo seriado é baseado, em forma e conteúdo, no ensino regular: com aulas, séries e disciplinas. Só que as séries, em vez de anuais como no ensino regular, são semestrais. Assim, o aluno tem a possibilidade de conseguir o certificado de conclusão do 1º grau – 5ª à 8ª séries – em dois anos e o do 2º grau em outros dois anos – o equivalente ao 1º colegial, a partir desse ano, passou a ser anual, o equivalente aos 2º e 3º colegiais continuam sendo semestrais. Esse sistema de ensino é fundamentalmente dominado pelas empresas particulares, que criticam bastante essa ampliação do supletivo 2º grau, como sendo algo que levará ao fim deste ensino – pelo menos para o 2º grau.

Aqueles que vêem o ensino supletivo como correspondendo ao "modelo cursinho" ou seja, com aulas onde o professor repete o conjunto de informações contidas em uma apostila, passando a matéria de maneira sintética. Apresentando o conteúdo como algo cristalizado, consolidado, e portanto, imune à críticas, tornando o debate superfluo e desnecessário sem dúvida tem em mente esse supletivo seriado, principalmente as grandes redes de ensino supletivo, onde isso efetivamente ocorre. Nas escolas menores, mesmo não sendo o quadro tão negro como eu pinteí, a verdade é que isso vem ocorrendo na medida em que se procura sintetizar a matéria para fornecer ao aluno em seis meses aquilo que no regular ele teria em um ano. Esse ensino faz com que mesmo aqueles que pretendem lecionar a História como estudo das transformações sociais, apresentem o movimento histórico como algo petrificado que termina não sendo mais que uma série de sucessão de etapas. A questão de como levar o aluno a pensar e a estudar a História enquanto movimento vivo é algo sempre em aberto também para o ensino regular. Romper com esse tipo de ensino é uma necessidade, caso tenhamos a pretensão de levar o aluno a superar a perspectiva imediatista com que ele entra na escola, e a ver no estudo de História algo mais do que uma matéria que deve cursar para ter direito ao diploma. Acredito que somente na medida que conseguirmos essa superação do imediatismo, poderemos esperar uma re-valorização do processo de ensino-aprendizagem, aos olhos dos alunos. E, talvez, na medida em que isso for feito o aluno passará a valorizar o tempo maior necessário para concluir o curso regular, frente ao supletivo.

Tendo isso em vista, o problema de como trabalhar a História, coloca-nos frente a diversas questões, que vão desde a formação que o professor recebe, suas condições de trabalho que no supletivo geralmente são piores do que em toda a rede de ensino regular, particular ou oficial até aos recursos que ele utiliza em sua atividade, como por exemplo, o livro didático. Na verdade, quando lecionamos no supletivo procurando reproduzir o programa do regular, o ensino supletivo termina reproduzindo, também, todas as deficiências do ensino regular, só que de uma maneira particularmente aguda e com um tempo de curso quase sempre demasiado pequeno para que se possa resolvê-las antes de seu término. A consequência de tal situação é um elevado número de reprovações e de evasões, repetindo a seletividade existente no ensino regular.

Um último dado que gostaria de colocar, para finalizar, é que, como já se pode perceber, a população que busca o Supletivo e, normalmente, a que podemos chamar de mais carente. Essas pessoas sofrem, de maneira particularmente dura, a situação de crise em que vivemos e isso se reflete em um aumento significativo de evasão do Supletivo particular principalmente nos dois últimos anos. A minha experiência pessoal demonstra que destes alunos que abandonam o Supletivo particular muitos não retornam ao Ensino Regular. Nesse sentido, é importante destacarmos o fato de alunos do MOBRAI estarem

se organizando para reivindicar da Prefeitura de São Paulo um Supletivo seriado gratuito, semelhante ao oferecido pela rede particular, conforme foi noticiado pela imprensa durante o primeiro semestre deste ano.

Espero ter deixado a idéia de que a discussão sobre o Ensino Supletivo não pode ser separada do debate a respeito do ensino regular e da educação no Brasil como um todo, por um lado; e, por outro, das condições de vida e de trabalho de uma grande parcela da população e de seus anseios e expectativas com relação à educação.

NOTAS

- ¹ Carvalho, Célia Pezzolo de – *ENSINO NOTURNO (realidade e ilusão)* São Paulo – Cortez/Autores Associados – 1984. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 12) – p. 42.
- ² As duas citações nesse parágrafo são do Parecer nº 699/72, C.E. de 1º e 2º graus – Aprovado em 06/07/72 em “ENSINO SUPLETIVO – LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL, org. por Ivo Giannella e outros – S.E./CENP – 1977 – p. 24-52.
- ³ Os dados sobre o Clara Mantelli foram conseguidos a partir de uma visita ao Centro em junho de 1984.